

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.283 - DF  
(2019/0142608-7)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADOR : MARCUS RAFAEL DE SOUZA SANTOS E OUTRO(S)**  
**AGRAVADO : CMP INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES EIRELI**  
**ADVOGADOS : GUILHERME OLIVEIRA BENTZEN E SILVA E OUTRO(S) -**  
GO034391  
RENATO MULSER - GO033497  
HUGO ANDRE ALVES PESSOA - GO050430

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. RECURSO APRESENTADO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU A REAUTUAÇÃO DO FEITO COMO RECURSO ESPECIAL.**

**1. Conforme orientação desta Corte, amparada no disposto no art. 258, § 2º, do RISTJ, é, em regra, irrecurável a decisão do relator que dá provimento a recurso de agravo para determinar a reautuação do feito como recurso especial. Excepcionalmente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite a interposição de agravo interno para tratar de questões referentes aos pressupostos de admissibilidade do próprio agravo. No caso concreto, pretende a agravante discutir os pressupostos de admissibilidade do recurso especial, o que se revela inviável.**

**2. Agravo interno não conhecido.**

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator